

Os diplomatas, o ministro e o general

General do Exército crítica Ministro da Defesa de fazer proselitismo político em prol do Partido Comunista do Brasil

Desde a criação do Ministério da Defesa (MD), tenho dito que a chefia desta pasta deveria ser confiada a um Diplomata. Continuo a pensar assim, apesar das duas experiências desastrosas que tivemos com José Viegas e Celso Amorim.

Julgo que, sendo a Defesa uma componente da Política Externa, nada mais lógico do que colocar no MD um Embaixador comprometido por vocação, formação e princípios, unicamente, com os interesses do Brasil, como são, pelas mesmas razões, os militares.

Da mesma forma e por coerência, os Ministros da Defesa deveriam ser compelidos a proceder com as mesmas restrições lógicas que disciplinam o comportamento dos militares, isto é, deveriam restringir sua atuação e manifestações políticas aos temas que envolvem os interesses corporativos e profissionais das instituições militares e sua missão constitucional: defesa da Pátria, garantia do cumprimento das leis e manutenção da ordem interna.

Estas condicionantes explicam o fracasso das duas escolhas citadas, porquanto, ambos, tinham vínculos partidários e ideológicos com os governos a que serviam, e, como Ministros da Defesa, não tinham convicções e comportamento assemelhados aos dos militares, ou seja, não tinham o Brasil acima de tudo, mas o partido, suas propostas e seus compromissos ideológicos!

Assim pensando, em que pese o comportamento histórico do político Aldo Rebelo em defesa dos interesses militares no Congresso Nacional, o que lhe permitiu, muito justamente, integrar a "tropa amiga" naquela instituição, julgo patética, descabida e incoerente a sua participação na propaganda eleitoral do seu partido, o PC do B.

Embora sendo membro efetivo, e também histórico, do desgoverno que destruiu o Brasil e que, conseqüentemente, colocou em xeque todos os projetos estratégicos do seu Ministério, o Sr Aldo Rebelo, ao permitir-se participar de uma investida contra a verdade, já como Ministro da Defesa, dá provas de que, em sua escala de valores, o partido e a ideologia competem com os interesses do Brasil, contrastando com o exemplo que se espera de um brasileiro investido dessa função!

Apesar da sua reconhecida e louvável atuação parlamentar em benefício das causas dos profissionais das armas, comportar-se mais como político do que como Ministro da Defesa – pasta que visa a ser reconhecida como "órgão de Estado", integrador da segurança e da defesa nacionais, e que pretende coordenar o esforço integrado e a direção superior das FFAA -, além de depor contra o elevado conceito de "tropa amiga" do Ministro Aldo Rebelo, abre precedente para que os homens e as mulheres que empunham as armas da Nação, apesar do controle e da disciplina a que são necessariamente submetidos, sintam-se "autorizados" a agir da mesma forma em defesa dos valores patrióticos que os fizeram ser, antes de mais nada, Soldados da Pátria!

Aí reside, provavelmente, a razão dos oportunos comentários, avisos e alertas preventivos feitos pelo Gen Antônio Hamilton Mourão Martins aos seus comandados durante sua profícua passagem pelo Comando Militar do Sul, pois, se um Ministro da Defesa se permite propalar as propostas ideológicas do seu partido e fazer propaganda enganosa de um governo falso e desonesto, porque um General de Exército, em qualquer função, deveria negligenciar do dever profissional de alertar seus comandados para as ameaças, até de emprego militar, que visivelmente pairam sobre a Nação?